

Velhas raízes

SÉRGIO HENRIQUE ABRANCHES

Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, completa cinquenta anos de seu lançamento. Obra clássica e controversa, é fruto do esforço de uma geração para compreender e repensar, a um só tempo, este país de contrastes, heterogêneo, grande, que parece estar destinado a mover-se a passos sempre maiores que suas possibilidades correntes; a viver perigosamente o desafio do progresso; a dedicar-se à busca trôpega de uma ordem democrática, que possa abranger toda a sua pluralidade.

Foram muitas, e quase todas controversas, as questões suscitadas por essa reflexão livre sobre as raízes do Brasil. Várias continuam atuais, sobretudo a que se refere à relação entre o público e o privado no desenvolvimento da sociedade brasileira.

O impulso de mudança no Brasil sempre encontrou no Estado um de seus eixos centrais. Sobretudo com o processo de industrialização, a ação estatal assumiu posição estratégica, potencializando a iniciativa privada doméstica, produzindo a infra-estrutura necessária à expansão econômica, concentrando parcelas crescentes da poupança interna, articulando os espaços destinados à burguesia nacional àqueles abertos ao capital estrangeiro, controlando a estrutura institucional de mediação nas relações entre capital e trabalho, intermediando interesses. Pela

via burocrática consolidou nichos corporativos, tornando-se uma espécie de agente geral da cumplicidade nacional. As forças sociais emergentes, com densidade organizacional, encontravam nesta arquitetura pesada, porém funcional, os caminhos mais ou menos estreitos de admissão ao conluio corporativo. As maiorias, excluídas dessa cumplicidade de elites e lideranças, viam, entretanto, no Estado a fonte de prerrogativas que, na ausência de um sistema de direitos universais, definia a cidadania e assegurava mínima participação nos frutos do progresso nacional.

O autoritarismo exacerbou a perversidade implícita neste modelo. Ao excluir os setores populares de sua cumplicidade, estreitou as sendas do corporativismo, sem contudo destruir sua estrutura institucional. Ao contrário, levou-a ao paroxismo, deixando emergir, com todo seu vigor, a promiscuidade dessa política de privilégios. Estreito e autoritário, o regime militar revelou toda a trama de controle e arbítrio inerente a essa forma de relação entre Estado e sociedade. Trocou a cooptação populista pela repressão. Completou o processo de privatização exacerbada do Estado.

A raiz amarga dessa lógica do impulso privado, adulada e nutrida no Estado, permanece íntegra no Brasil da Nova República.

Vive-se um clima de transição livre, mas a mentalidade corporativa continua dominante na sociedade e o Estado não se livrou dos vícios de uma prática secular de transmutação de suas responsabilidades coletivas em favor particular.

Esta é uma das contradições básicas do sistema político-social brasileiro: a presença crescente e estratégica do Estado na economia e na sociedade jamais representou a constituição da dimensão pública da vida nacional, mas apenas a intimidade, mais ou menos promíscua, entre o Estado e o interesse particular, portanto, à expansão do espaço privado. O Estado assegurou a existência da sociedade privada. A sociedade encontrou no Estado a garantia de prerrogativas particulares.

Reivindica-se hoje, como ontem, prerrogativas pelo idioma dos direitos. Vê-se na nova Constituição a oportunidade de emitir comandos ao Estado para assegurar mais prerrogativas. Seria a falência precoce da Constituinte. Ela é a oportunidade para a erradicação do corporativismo, instaurando a cidadania pela universalização dos direitos. Estabelecendo os limites da intervenção do Estado no escopo da definição do espaço legítimo do interesse público. A assembléia de representantes da sociedade pode ser o instrumento salutar que eliminará da vida institucio-

nal do país essa velha e viciosa raiz, que sufocou o interesse público e privatizou a ação do Estado, evitando, assim, que a democracia no Brasil não seja novamente, como disse Sérgio Buarque de Holanda, um lamentável mal-entendido.

SÉRGIO HENRIQUE ABRANCHES, 37, doutor pela Universidade de Cornell (EUA), é cientista político do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

Folha de Paulo
9.11.1986